

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 26 • 2020



**Instituições, personalidades e espólios arqueológicos
contributos para a Arqueologia portuguesa**

Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2020

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular para além de contributos sobre a História da Arqueologia.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor Alfredo Mederos Martín (Universidade Autónoma de Madrid)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professora Doutora Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 26 • 2020 ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA – Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.
É expressamente proibida a reprodução de quaisquer imagens sobre as quais existam direitos de autor sem o prévio consentimento dos signatários dos artigos respectivos.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO – César Antunes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Gráficas Amares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

O GENERAL CONDE DE SÃO JANUÁRIO: NOTAS DE LEITURA SOBRE A EDIÇÃO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS, NÚMERO ESPECIAL, 2018

THE GENERAL COUNT OF SÃO JANUÁRIO: READING NOTES ON THE EDITION OF ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS, SPECIAL ISSUE, 2018

José Inácio Sousa*

Abstract

In times of change, the nineteenth century in Portugal witnesses remarkable events from the Napoleonic Wars to the Ultimatum. In this context we seek to insert the life of Januário Correia de Almeida, based on the book of João Luís Cardoso edited in the special number 2018 of the *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. This article was prepared based on the presentation of the work that took place on 13 April 2019 in Oeiras.

Keywords: Portugal, Ultimatum, Army, Diplomacy, Patuleia

1 - INTRODUÇÃO

É para mim um prazer e uma honra poder participar nesta justíssima homenagem promovida pela Câmara Municipal de Oeiras que dedicou um número especial dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* ao General Conde de São Januário (CARDOSO, 2018).

Cumprimento o Senhor Vereador Doutor Pedro Patacho, em representação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, a Senhora Presidente da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, Dra. Madalena Castro e todos os presentes.

Saúdo o Professor João Luís Cardoso, autor desta obra que exigiu seguramente pesquisa detalhada, nomeadamente na leitura e interpretação dos documentos que constituem o processo individual o qual regista toda a vida profissional do militar. Não foi menos exigente a abordagem às vertentes do político, administrador, engenheiro, diplomata e cultural que caracterizaram a vida de Januário Correia de Almeida.

O livro deve ser lido na perspectiva do tempo, constituindo uma janela aberta sobre a segunda metade do século XIX. O autor remete-nos sucessivamente para áreas e temas que caracterizaram a vida de General Conde de S. Januário que permitem refletir sobre Portugal do tempo da guerra da Patuleia, do mapa cor de rosa ou do contributo para colonização e definição das fronteiras dos territórios africanos. O professor João Luís Cardoso conduz-nos para longínquos espaços geográficos e para temas militares, diplomáticos, culturais e políticos, seguindo a ação do Conde de S. Januário através de quatro continentes.

* Major-general do Exército (reformado)

O autor acompanha o percurso do General Conde de S. Januário nas sucessivas fases da sua vida e nas importantes funções, cargos e missões que cumpriu. No seu desempenho prevaleceu a formação militar e académica evidenciando a natureza do seu carácter, firme e prudente, autoritário quando necessário. Aliou à sua inteligência, a visão, determinação e espírito de sacrifício largamente demonstrados no desempenho dos altos cargos assumidos e nas missões cumpridas durante a longa e diversificada carreira. Foi uma vida dedicada à causa pública servindo Portugal nas mais diversas circunstâncias.

O texto, excelentemente estruturado e articulado, salienta a dimensão da sua obra como Governante, Comandante, Diretor e Embaixador. A sua intervenção como sócio fundador e 1.º Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, e Sócio Correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, e a sua atuação como Presidente da Real na Associação dos Arquitetos e Arqueólogos Portugueses, merece amplo relevo ao longo da obra.

Com referência ao trabalho do Professor João Luis Cardoso procurarei evidenciar as múltiplas facetas de Januário Correia de Almeida com especial relevo para a sua carreira militar e sucessivamente os importantes cargos e funções políticas que exerceu e também sobre a sua atividade como diplomata.

2 - A FORMAÇÃO E CARREIRA MILITAR

A vida militar cedo despertou o interesse de Januário Correia de Almeida. Foi admitido como aspirante a Guarda Marinha em 10 de dezembro de 1840 (COSTA, 2005). Assentou praça como voluntário em 4 de novembro de 1842, no Batalhão de Caçadores 2 (BC2) sediado no Castelo de S. Jorge, com pouco mais de 15 anos de idade. Nesta unidade cumpriu 4 anos um mês e quatro dias de serviço. Declarado aspirante a oficial, matricula-se na Escola do Exército no curso de infantaria e cavalaria. O serviço militar prestado no BC2 e mais tarde no Regimento de Cavalaria 1 (RC1) em Estremoz, foi regularmente interrompido por longos períodos com licença para cumprir a sua formação académica na Escola Politécnica, no liceu e na Universidade de Coimbra.

Concluído o curso de infantaria e cavalaria em 23 de junho de 1845 percorre rapidamente os postos inferiores do exército: Anspeçada (2º Cabo), Cabo, 2º Sargento. No dia 1 de dezembro de 1845 é promovido a 1º sargento.

Continua a sua formação, habilitando-se com o Curso de Estado-Maior na Escola do Exército em julho de 1854. Adquire o Grau de Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra e obtém aprovação na Escola Politécnica das 9.ª e 10.ª cadeiras, necessárias como complementares para o Curso de Estado-Maior e para os cursos de engenheiro militar e engenheiro civil.

No registo de alterações é referido ter sido aprovado no liceu de Coimbra em francês, latim, filosofia racional e moral, princípios do direito nacional, inglês, geografia e história portuguesa. Frequentou na escola politécnica a disciplina de Introdução à História Natural dos Três Reinos.

Promovido a Alferes de Cavalaria em 22 de dezembro de 1846 é colocado em Estremoz no RC1. Percorre os sucessivos postos sendo Tenente aos 27 anos, Capitão aos 30, Capitão para o Estado-Maior aos 36, Major aos 42, Tenente-Coronel aos 52, Coronel aos 57. Promovido a General de Brigada em 1893 atinge o posto de General de Divisão em 1896, com 69 anos de idade.

Na Escola do Exército foi comandante de 1896 a 1897. Esta escola foi antecedida pela Lição de Artilharia e Esquadria (1641-1790) e pela Academia Real de Fortificação Artilharia e Desenho (1790-1837). Sucederam à Escola do Exército a Escola de Guerra (1911-1919) a Escola Militar entre (1919-1938), de novo Escola do Exército (1938-1959) e desde então, até aos nossos dias, Academia Militar. Hoje, sob o Comando do General João Vieira Reis, aqui presente, a Academia Militar continua a cumprir o designio histórico de formar os oficiais do Exército português, missão que assume, há séculos, com elevado sentido patriótico.

O desempenho do General Conde de S. Januário alternou entre sucessivos cargos políticos, diplomáticos e militares. Sob o ponto de vista militar foi essencialmente um oficial do corpo de estado-maior e comandante. Como mais relevantes registam-se os cargos de Ministro da Marinha e Ultramar (1880); Comandante do Corpo de Estado-Maior (1896); Comandante da Escola do Exército (1896-1897); Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra (20-2-1886 até 14-11-1888). Foi Comandante da 1.^a Divisão Militar de 27-8-1896 até à passagem à reforma em 1898, com 71 anos.

Era possuidor de diversos títulos honoríficos e foram-lhe atribuídas as mais altas condecorações merecendo destaque a de Comendador da Ordem da Torre e Espada.

3 – A PARTICIPAÇÃO NA BATALHA DE TORRES VEDRAS (1846)

Apesar de a sua formação militar estar orientada para os assuntos de estado-maior é indispensável assinalar a sua vertente de combatente. Nos registos de informações semestrais e registo de alterações é referida a sua participação na campanha de 1846/47 decorrente da Guerra da Patuleia. É dada como firme a sua presença na batalha de Torres Vedras ocorrida em 22 de dezembro de 1846 dia em que precisamente S. Januário é promovido a Alferes de Cavalaria para o corpo do RC1 1. Seria possivelmente 1.^o sargento ou Aspirante a oficial. Como oficial de baixa patente, não é plausível que se tivesse limitado a observar a batalha como espectador. Provavelmente esteve presente nas forças do Duque de Saldanha nas quais o seu regimento estava integrado. Este facto é repetidamente referido no seu processo individual.

A batalha de Torres Vedras, que opôs forças do Duque de Saldanha, fiel à rainha, e os condes da Antas e do Bonfim (General Travassos Valdez) fiéis às juntas do Norte, foi violenta e sangrenta. “*Em presença, as forças de Saldanha estimavam-se entre 6 a 7 mil homens com 600 a 800 cavalos e 16 bocas de fogo de artilharia. As forças de Bonfim e Antas eram constituídas por cerca de 4 mil homens, 200 a 300 cavalos e duas bocas de fogo de artilharia.*” (MATOS, 2006).

O combate, que durou cerca de 7 horas, foi de grande intensidade. “*No final da batalha, no seu relatório, o duque de Saldanha assinala 57 mortos e 316 feridos para as suas forças. Segundo o conde de Bonfim as perdas estimavam-se entre 200 a 240 prisioneiros e 100 mortos e feridos.*” (MATOS, 2006). O combate questionou o valor defensivo das Linhas de Torres e com alguma razão. Afinal o Forte de S. Vicente não era inexpugnável. Mas as Linhas de Torres tinham valor pelo seu conjunto e não por um reduto isolado. Os fortes estavam em apoio mútuo e não seria possível atacar isoladamente cada um deles ignorando os redutos vizinhos e a ligação existente entre os mesmos.

O Alferes de Cavalaria Correia de Almeida testemunhou a violência da guerra em Torres Vedras e na campanha que continuou em 1847. Seguramente a participação nesta campanha foi marcante para a sua formação militar.

4 – O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR

Para preparar as forças, organizar a batalha e conduzir a guerra surgiu no século XIX um novo elemento. Foram constituídos núcleos de planeamento que auxiliavam os comandantes na preparação e conduta da guerra. Refiro-me aos estados-maiores que não sendo combatentes da primeira linha conseguiam dar coerência aos dispositivos e apoiar os comandantes nas suas decisões. Apesar de ser oriundo de cavalaria, o General Conde de S. Januário cedo orientou a carreira para a especialidade ou serviço de estado maior. Frequentou

este curso na Escola do Exército e concorreu já em capitão ao corpo de estado-maior. Em 1896 como general de divisão viria a ser Comandante do Serviço de Estado-Maior.

Os estados maiores desenvolveram-se extraordinariamente no final do século XIX e nos dois grandes conflitos do século XX (DUPUY, 1984). O Exército português acompanhou esta tendência e modernizou a sua estrutura de comando e operacional à semelhança dos exércitos europeus com inspiração no exército prussiano e mais tarde no francês. Em 1911 é criada a Escola Central de Oficiais que viria a ser instalada aqui, em Caxias, no Real Paço em 1927. Em 1937 é criado o Instituto de Altos Estudos Militares funcionando em Caxias até 1959 quando é definitivamente transferido para Pedrouços onde existiu até 2013 ano em que foi extinto. Suceder-lhe-ia o Instituto de Estudos Superiores Militar o qual evoluiu para atual Instituto Universitário Militar agregando os três ramos das forças armadas.

O Serviço de Estado Maior desenvolveu-se e persistiu até ao 25 abril de 1974. Foi então extinto e encerrados os cursos no Instituto de Altos Estudos Militares. Já nos anos 80, os cursos foram progressivamente retomados e hoje têm uma configuração conjunta agrupando oficiais dos três ramos no Instituto Universitário Militar. O Corpo de Estado-Maior, como serviço autónomo, nunca mais foi reconstituído.

Verdadeiramente são os combatentes que vivem e sofrem os horrores da guerra. São eles que correm mais riscos e merecem e justificam o maior relevo e mais elevado respeito. A eles são concedidas as maiores honras e condecorações. Mas estratégia ou táticas mal adotadas pelos comandantes são decisivas no sucesso ou insucesso da batalha. Januário Correia de Almeida constitui a síntese do oficial de estado-maior e combatente. Participou na guerra entendeu os fatores decisivos na sua conduta. A sua formação de estado-maior, que iniciou na Escola do Exército, preparou-o para o melhor desempenho no exercício de todos os cargos políticos diplomáticos e militares que exerceu ao longo da sua vida.

5 – MINISTRO E SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA

Como Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra num governo presidido por José Luciano de Castro exerceu o comando de 20 de fevereiro de 1886 a 14 de novembro de 1888. Seria o tempo de reformas face ao desenvolvimento acelerado de novas armas e novas organizações estruturais e da situação política internacional. Apesar dos perigos e riscos que se pressentiam não era fácil a reestruturação do Exército. Também a Marinha tinha grandes dificuldades na renovação dos seus meios navais. Foi um período de incertezas e grandes dificuldades. O autor recorda o envolvimento ativo do Conde de S. Januário e as circunstâncias em que foi decidida a aquisição de meios navais para a marinha. Por subscrição pública, lançada em 1890, foi construído nos estaleiros de Livorno o cruzador Adamastor. Foi entregue ao governo português em 7 de agosto de 1897, 9 anos depois. O Professor João Luis Cardoso relata detalhadamente as iniciativas e ações tomadas pelo Conde de S. Januário que lutou com persistência pela construção do navio.

6 – A CRIAÇÃO DA ESCOLA PRÁTICA DE INFANTARIA E CAVALARIA

Uma das realizações mais conseguidas do Conde de S. Januário enquanto Ministro terá sido a criação da Escola Prática de Infantaria e Cavalaria em 1887. Permitam-me que aborde a criação desta Escola militar pois seguramente quase todos os cidadãos portugueses que fizeram serviço militar como oficiais ou sargentos, se recordarão de Mafra, do frio da tapada, do convento e dos fantasmas que por ali pairavam.

Na última década do século XIX começam a ser criadas escolas militares em exércitos estrangeiros, com finalidades essencialmente práticas visando o aperfeiçoamento dos oficiais e sargentos. A escola de infantaria e cavalaria do exército americano é criada em Leavenworth (E.U.A.) em 1881. Seguramente o Ministro da Guerra estava atualizado relativamente às novas tendências organizativas e de metodologia da instrução.

“Em 14 de agosto de 1887 o Rei Luís I e o Conde de São Januário chegam a Mafra por motivo da Instalação da nova Escola de Infantaria e Cavalaria e assistem a uma bonita recepção”. (ASSUNÇÃO & BATALHA, 1998). Por decreto de 22 de agosto de 1887 o Conde de S. Januário criou em Mafra a Escola Prática de Infantaria e Cavalaria. Em 19 de novembro do mesmo ano faz publicar um detalhado e bem estruturado regulamento organizativo da mesma escola¹. Sob o comando de um general de Brigada ou coronel de infantaria ou cavalaria a escola instalou-se no convento nele persistindo até ser extinta em 2015. Sendo o convento utilizado desde 1840 por unidades militares (ORMONDE MENDES, 2017), foi a partir de 1887 que a presença militar em Mafra se estabeleceu de forma permanente e sustentada e continuou ao longo de 125 anos, formando os oficiais e sargentos de Infantaria e ministrando a formação base a quase todos os oficiais do exército designadamente a partir de 1960.

A população foi sensível à instalação da Escola em Mafra. Assinalou o facto com grande relevo assim como sempre acolheu a sucessiva chegada de batalhões para instrução. Em 15 de novembro de 1887 os mafrenses *“tendo conhecimento que o conde S. Januário estava doente mandam celebrar na Real Basílica de Mafra um solene Te Deum em ação de graças pelas melhoras daquele ministro.”* (ASSUNÇÃO & BATALHA, 1998).

O fundador desta escola foi sempre evocado pelos sucessivos comandos da Escola Prática de Infantaria. O seu nome foi atribuído pela Câmara Municipal de Mafra a um largo anteriormente conhecido por “Largo das Bicas” localizado junto à face Norte do Monumento. A dinâmica dos tempos alterou a designação das placas toponímicas substituindo-as por outra. Desde meados dos anos 70 é conhecido como Largo General Humberto Delgado. Continua a ser chamado por muitos, Largo de S. Januário por outros, Largo das Bicas. A nova Escola das Armas não perdeu as suas referências e designou a parte do quartel que se localiza na tapada de Mafra como “Aquartelamento General Conde de S. Januário” mantendo assim viva a memória do fundador. Foi uma Escola bem pensada e orientada para o futuro. Funcionou em três séculos com pequenas alterações organizativas. Apesar de extinta, a Escola Prática de Infantaria foi substituída por uma nova, a Escola que reúne as armas da manobra, ou seja, a infantaria a artilharia a cavalaria a engenharia e as transmissões. Prevaleceu o conceito de armas combinadas e o espírito do inspirador das escolas práticas - o General Conde de S. Januário.

7 – CARGOS E FUNÇÕES POLÍTICAS

Exerceu funções no Ministério das Obras Públicas, como diretor nos distritos de Braga e Viana do Castelo. No ministério do Reino (1862-1865) foi governador civil do Funchal, de Braga, do Porto. Viria ainda a ser eleito deputado às cortes pelo Porto sendo de novo governador deste distrito até 7 de janeiro de 1878.

Foi sucessivamente, Governador-Geral interino de Cabo Verde, Governador-geral do Estado da Índia e Governador-Geral de Macau e Timor. Em Cabo Verde construíram-se no seu mandato a casa da Câmara, quartéis, estradas e um cais no porto da ilha de Santiago, as alfândegas das ilhas de São Vicente e do Fogo, estradas na ilha Brava e o liceu na capital do arquipélago.

¹ Ordem do Exército nº 26. Secretaria d’Estado dos Negócios da Guerra. 19 de Novembro de 1887.

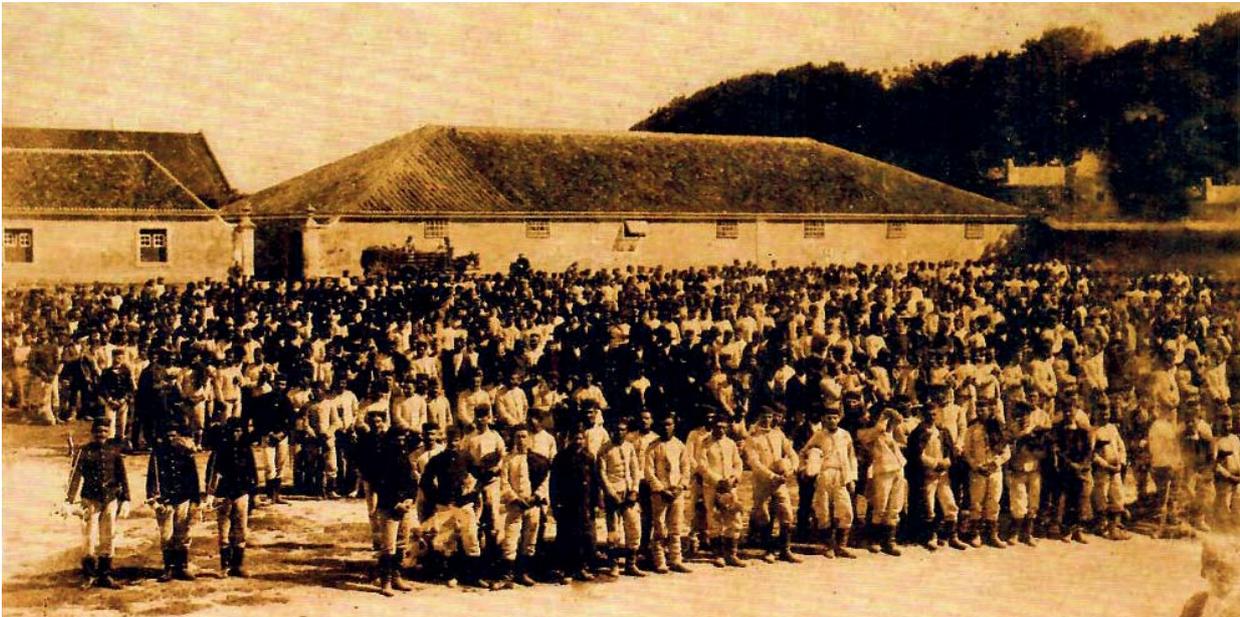


Fig. 1 – Chegada de militares reservistas de Infantaria 7 ao Largo das Bicas, mais tarde designado como Largo General Conde de S. Januário. Mafra, 1900, Arquivo da Escola Prática de Infantaria.



Fig. 2 – Vista atual do Largo Humberto Delgado, ex. Largo General Conde S. Januário. Ao fundo, aquartelamento de S. Januário, à direita, Tapada Nacional de Mafra.

Na Guiné onde esteve de 19 de abril até 15 de maio de 1861 do mesmo ano, auxiliou no esclarecimento das fronteiras, na criação de infraestruturas portuárias militares e habitacionais, na construção de um cais no porto de Bissau, construção do novo quartel do governador, na criação de uma comissão para estudar o interior do território. Propôs a independência administrativa da Guiné relativamente a Cabo Verde, a adoção de isenções e a criação de companhias de comércio e navegação. Num mês de permanência na Guiné identificou os principais problemas relacionados com a administração e defesa do território e avançou propostas objetivas e realistas para *“melhorar o progresso e importância daquela quasi abandonada, porém importantíssima parte dos domínios portugueses em África”* (*Um mês na Guiné*).

No estado da Índia, onde foi Governador-Geral de 4 de maio de 1870 até final de 1871, enfrentou a insubordinação de 4 batalhões (21 setembro 1871) ocorrida na sequência da revolta de Volvay associada *“à demora de concretização do projeto de reorganização do exército no respeitante à prometida reforma de carreira militar e consequentes promoções”*. Revoltam-se sucessivamente o Batalhão de Infantaria n.º 3 de Bicholim (21 de setembro de 1871) seguidos pelo Batalhão de Caçadores 2 de Pondá, Batalhão Caçadores 1 de Margão e Batalhão de Caçadores 4 de Mapuçá.

O Governador-Geral reage reunindo as forças existentes em Goa (artilharia e Guarda Municipal) e faz uma intimação aos revoltosos exigindo aos comandantes dos corpos que no prazo de 6 horas regressem aos respetivos quartéis e se submetam à ordem da autoridade. A intimação foi acatada, as forças regressaram a quartéis, não houve derramamento de sangue e não cedeu às exigências dos revoltosos.

Uma revolta desta natureza, ocorrida em territórios longínquos, deixou o Governador-Geral entregue a si próprio, sem outra alternativa que não fosse dominar a insubordinação. Fê-lo com coragem, firmeza, humanidade e sem concessões. Recusou o apoio inglês e tornou desnecessária a força enviada pela metrópole sob o Comando do Infante D. Augusto. Não foi a primeira vez e não seria a última que revoltas e insubordinações ocorreriam com forças expedicionárias enviadas e abandonadas em territórios remotos.

Como Governador de Macau e Timor (23 março 1872 a 7 de dezembro de 1874), promoveu, em Macau, a construção do Quartel e do Hospital Militar em 1874, entre outras realizações. Elabora relatórios abrangentes a Macau e Timor relativamente a Finanças, Riqueza Pública, postos fiscais chineses, emigração, obras públicas, organização de forças de mar e melhora os serviços públicos.

Em Macau valoriza a organização militar e dota os fortes com artilharia de grosso calibre. Promove reformas administrativas na área da instrução e dos equipamentos portuários.

8 – DIPLOMACIA

Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto do Império da China e no ano seguinte no Império do Japão e Reino do Sião (1875).

Mediador no caso de um conflito pela disputa da coroa do Sião conseguiu evitar o conflito e alcançar um entendimento entre o rei legítimo Rama V e o seu opositor. A sua vertente de diplomata foi confirmada pelo sucesso com o restabelecimento do entendimento e da paz entre as partes. Visitou as ruínas de Angkor revelando ao seu interesse pela cultura. Na China auxiliou o Império a combater a pirataria. No Império do Sol Nascente reorganizou o serviço consular o que lhe valeu a outorga Grã-Cruz da Ordem do Sol Nascente.

Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto das repúblicas da América do Sul, negociou 16 tratados com países da região – Uruguai, Paraguai, Chile, Argentina, Bolívia, Perú e México. Fez-se acompanhar pelo secretário Pedro Gastão Mesnier como já havia acontecido na viagem ao Extremo-Oriente. A divulgação da viagem foi feita através de um livro no qual relata com rigoroso detalhe as características de cada país e observações de natureza cultural, económica, geográfica e arqueológica. Esta missão foi uma epopeia e um desafio à resistência física e mental do Tenente-Coronel Januário Correia de Almeida e do seu secretário. Sem apoios, percorreu 9 mil léguas utilizando diversos tipos de transportes, navio, caminho de ferro ou cavalo. Mais de um ano a percorrer espaços desconhecidos e cheios de perigos sempre a observar e a registar.

O Professor João Luis Cardoso narra com ritmo impressionante esta viagem tornando a leitura apetecível e do maior interesse. É aconselhável ter à mão um atlas tantos são os locais que é preciso identificar. Não se tratou de uma criação ou novela foi uma missão no espírito dos portugueses das descobertas.

Outros domínios são abordados no trabalho. A atividade do Conde de S. Januário no âmbito da Sociedade de Geografia foi amplamente reconhecida e assinalada por esta prestigiosa instituição. A Arqueologia também mereceu o seu interesse e beneficiou da sua ação. Foi Presidente e sócio de mérito da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses.

9 – EM CONCLUSÃO

O Professor João Luis Cardoso apresenta-nos uma monografia excelentemente estruturada e com um grau de detalhe e rigor assinaláveis articulando coerentemente temas, locais, datas e acontecimentos. A leitura faz-se com facilidade apoiada em referências temporais e geográficas aliás absolutamente indispensáveis à compreensão do texto. Não me atrevo a comentar a clareza do texto nem o modelo adotado para o desenvolvimento da monografia. Tudo é muito bem documentado e abundantemente ilustrado. As transcrições da documentação e as citações dão credibilidade acrescida ao trabalho. A arrumação temática segue o percurso da vida pessoal, profissional e política do General Conde de S. Januário.

A carreira de Januário Correia de Almeida alternou sucessivamente com cargos e funções de natureza militar, política ou diplomática. Assentou sobretudo na condição militar que assumia orgulhosamente. No Exército desempenhou cargos da maior relevância. Anteviu a necessidade de grandes reformas, mas os tempos não eram fáceis nem propícios à reestruturação.

A decisão da Câmara Municipal de Oeiras de revisitar a figura deste prestigiado português e oirense merece o aplauso de todos os que sentem e vivem Portugal. De algum modo recupera uma personalidade brilhante que o tempo vai remetendo para o esquecimento. Importa agora que seja mantida a memória deste português ilustre, inteiramente dedicado à Causa Publica, que prestigiou as Forças Armadas e representou honrosamente Portugal. Seria interessante que os atuais responsáveis da Instituição Militar promovessem junto dos seus jovens oficiais e sargentos nas academias e escolas a divulgação da vida deste português distinto que importa evocar, tomar como exemplo e não esquecer. Refiro-me em especial à Academia Militar e à Escola das Armas. Renovo os parabéns à Câmara Municipal de Oeiras e felicito o autor deste volume, Professor Doutor João Luis Cardoso por esta iniciativa que recorda *Um Português de Exceção - General Conde de S. Januário*.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, J. L. (2018) – *O General Conde de S. Januário (1827-1901). Um português de exceção*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 208 p. [Estudos Arqueológicos de Oeiras, número especial].
- COSTA, António José Pereira, coord. (2005) – *Os Generais do Exército Português*. Lisboa: Biblioteca do Exército, II tomo, p. 277-279.
- DUPUY, T. N. (1984) – *A genius for war -The German Army and General Staff 1807-1945*. Faifax: Hero Books. p. 361.
- MATOS, Venerando António Aspra (2006) – A batalha de Torres Vedras – 22 de dezembro de 1846. *Revista Militar*, nº 2459, dezembro de 2006.
- ASSUNÇÃO, Guilherme; BATALHA, Rogério (1998) – *Mafra. Efemérides do Concelho*. Mafra: Câmara Municipal, p. 172.
- ORMONDE MENDES, João Manuel de Sousa Menezes, coord. (2017) – *300 Anos da Construção do Convento de Mafra. 1717-2017*. Mafra: Escola das Armas. p. 269.